



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBACAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ISABELA CRISTINA MARTINS FREIRE**

**DITADURA, MEMÓRIA E GÊNERO: O QUE MOSTRA OS RELATOS DE  
ALGUMAS VÍTIMAS NA COMISSÃO DA VERDADE NA PARAÍBA (1964-1985)**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2022**

ISABELA CRISTINA MARTINS FREIRE

**DITADURA, MEMÓRIA E GÊNERO: O QUE MOSTRA OS RELATOS DE  
ALGUMAS VÍTIMAS NA COMISSÃO DA VERDADE NA PARAÍBA (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

**Orientador:** Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior

**Coorientadora:** Profa. Ma. Alana de Moraes

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F866d Freire, Isabela Cristina Martins.

Ditadura, memória e gênero [manuscrito] : o que mostra os relatos de algumas vítimas na comissão da verdade na Paraíba (1964-1985) / Isabela Cristina Martins Freire. - 2022.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

"Coorientação: Profa. Ma. Alana de Moraes Leite, UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco"

1. Ditadura militar. 2. Memória. 3. Comissão Nacional da Verdade. 4. Historiografia. I. Título

21. ed. CDD 907.2

ISABELA CRISTINA MARTINS FREIRE

**DITADURA, MEMÓRIA E GÊNERO: O QUE MOSTRA OS RELATOS DE  
ALGUMAS VÍTIMAS NA COMISSÃO DA VERDADE NA PARAÍBA (1964-  
1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento de História da  
Universidade Estadual da Paraíba como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciado em História.

Área de concentração: Estudos do Brasil.

Aprovada em: 06/12/2022

**BANCA EXAMINADORA**

*Jose dos Santos Costa Junior*

---

Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior – Orientador (UEPB)

*Hilmária Xavier Ribeiro*

---

Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro – Examinadora (UEPB)

*Alana de Moraes Leite*

---

Profa. Ms. Alana de Moraes Leite – Examinadora (UFRPE)

*“A questão de gênero como está estabelecida hoje em dia, é uma grande injustiça.”*

*Chimamanda Ngozi Adiche*

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	POLITICAS DE MEMORIA.....	06
3	TEMPO PRESENTE DA HISTÓRIA.....	08
4	RESULTADOS DAS DISCUSSOES.....	09
4.1	As Articulações Pro Golpe .....	12
4.2	As Oitavas: Depoimentos de Mulheres á Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraiba.....	14
4.3	Discussão de Gênero na Comissão da Verdade (CNV)- Estadual.....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS.....	21
	AGRADECIMENTOS.....	23

## DITADURA, MEMÓRIA E GÊNERO: O QUÊ MOSTRA OS RELATOS DE ALGUMAS VÍTIMAS NA COMISSÃO DA VERDADE NA PARAÍBA (1964-1985)

Isabela Cristina Martins Freire<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de relatos de algumas vítimas que sofreram violência durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, período que vai de 1964 a 1985. Como se apresentaram esses relatos na comissão nacional da verdade e sua importância para a história do tempo presente, buscando também compreender a relevância da criação da comissão na qual trouxe à tona relatos e histórias antes esquecidas propositalmente por alguns atores sociais, é trazido também necessidade de se entender mais sobre as políticas de memória e suas relações com os eventos traumáticos, como aqui se coloca a ditadura civil-militar, esta pesquisa indaga também o que trazem alguns relatos da comissão da verdade na Paraíba. Além de historiografia, utilizarei os relatos dessas vítimas contidos nas Comissões para dar base a esse trabalho, e melhor compreender o tema proposto. Para tanto este trabalho fundamenta-se teórico-metodologicamente a partir da História do Tempo Presente, da Comissão Nacional da Verdade, e da Comissão da Verdade da Paraíba.

**Palavras Chave:** Ditadura. Memória. Comissão.

### ABSTRACT

This article presents an analysis of the reports of some victims who suffered violence during the period of the military dictatorship in Brazil, a period that goes from 1964 to 1985. How these reports were presented in the national truth commission and their importance for the history of the present time, also seeking to understand the relevance of the creation of the commission in which it brought up reports and stories previously purposely forgotten by some social actors, it also brings up the need to understand more about memory policies and their relationships with traumatic events, as stated here the military civil dictatorship, this research also asks what some reports of the truth commission in Paraíba bring. In addition to historiography, I will use the reports of these victims contained in the Commissions to support this work, and better understand the proposed theme. Therefore, this work is theoretically and methodologically based on the history of the present time, the national truth commission, and the truth commission of Paraíba.

**Keywords:** Dictatorship. Memory. Commis

---

<sup>1</sup> Discente de graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba - Campus I.  
Email:isabelafreire0308@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo se direciona a conclusão do Curso de Graduação em História apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, o qual tem por tema: Ditadura, Memória e Gênero: O que mostra os relatos de algumas vítimas na comissão da verdade na Paraíba (1964-1985).

Analisando primeiramente a importância de políticas de memória, sua relação com os eventos traumáticos, como se constrói essa narrativa que se coloca como verdade, e a transmissão dessa narrativa sobre determinado fato, aqui também podemos entender a política memória como uma política reparadora, posteriormente vamos analisar a importância desse estudo do que chamamos de história do tempo presente e qual a sua contribuição para os nossos estudos historiográficos, pois o testemunho nem sempre foi considerado legítimo para o estudo da História, a criação da Comissão Nacional da Verdade vai dar abertura para alguns debates sobre essa relação entre memória, testemunho e história. No decorrer da pesquisa é trazido também que nem sempre se teve acesso pleno a esses documentos públicos, e que existiram leis que mantinham esses documentos confidenciais, até chegar em 2011 com a aprovação da Lei de Acesso as Informações Públicas que contribuiu para a produção historiográfica.

Com base na pesquisa historiográfica e através dos relatos de memória das vítimas na Comissão Estadual da Verdade na Paraíba, foi percebido as diversas formas de violação dos direitos humanos, a importância da criação dessa comissão para se buscar esclarecimentos sobre as mortes e desaparecimentos forçados de diversas vítimas, buscando fortalecer a memória das vítimas e de seus familiares em busca da verdade e da justiça. Em especial aqui busca-se trazer os relatos de mulheres, sobre suas experiências traumáticas vividas durante o período da ditadura civil militar, traçando evidências através das oitivas da comissão as lutas e resistências femininas durante esse período tão traumático e sofrido que foi a ditadura militar no Brasil.

No que se refere a organização do trabalho, este estará dividido em primeiro momento trazendo a importância de “ Políticas de Memória” e sua valorização, em segundo momento a discussão sobre a “ História do tempo presente” e em último os resultados e discursões acerca dos relatos de alguns nomes femininos que está contido na comissão estadual da verdade da Paraíba, trazendo a tona sua importância, sua contribuição historiográfica, e como a comissão pode trazer alguma forma de reparação para as vítimas e seus parentes. E assim buscar da melhor forma trazer à tona a relevância dessa pesquisa para o campo da história do tempo presente.

## 2 POLÍTICAS DE MEMÓRIA

Busca-se nesse tópico compreender o que são políticas de memória e sua relação com os eventos traumáticos do século XX, dando especial ênfase a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Diante de muitos eventos traumáticos ocorridos no século XX foi desenvolvida a ideia de políticas de memória para reconhecer e reparar as experiências traumáticas vivenciadas por sujeitos e grupos sociais. Assim, Bauer (2021, p. 14) classifica a política pública de memória como:



[...] uma ação deliberada de governos em parceria com outros atores ou não, para a gestão de memória social, ou seja, para criar, preservar, transmitir um relato sobre determinado passado, considerado particularmente importante ou significativo e, a partir desse relato, empreender medidas concretas de reparação (BAUER, 2021, p. 14).

É entendido que colocar em foco essas políticas de memória é trazer um passado que é continuamente reconstruído e ressignificado de acordo com as demandas presentes, onde relacionam o passado e a passagem do tempo, entender como e de que forma essa política de memória se aplica dentro dos eventos traumáticos contribuem para que se conte essa história coletiva. Quando as políticas de memória se tornam políticas públicas elas são formuladas pelo Estado, mas muitas das vezes ocorrem lutas de outros atores sociais, há uma grande pressão sobre a importância e a responsabilidade que carrega essa memória de muitos indivíduos que presenciaram eventos traumáticos o que gera o dilema sobre o direito ou dever sobre a memória.

Existe, ainda, uma dimensão coletiva do “dever de memória” que se evidencia pela obsessão com a monumentalização, museificação e preservação de todos os registros passados, juntamente a obrigação de recordar. Resultado da aceleração da história, ou da compreensão que as mudanças estão afetando tudo mais rapidamente, o passado passa a ser compreendido como distante, e a única forma de estabelecer uma relação com o que já foi é através de registros perenes (BAUER, 2021, p. 16).

O “dever de memória ou direito de memória”, um exemplo desses eventos traumáticos que se faz relação com a memória para aqueles que o vivenciaram foi o Holocausto onde vemos muitos filmes, peças teatrais, literatura, testemunhos, diários que tratam sobre o Holocausto, ou seja, há uma transmissão desse evento, portanto, um “dever de memória” daqueles que passaram pelo evento, em contrapartida, ainda se fala pouco sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, sendo necessário se perguntar sobre o “direito à memória” daqueles que passaram pela Ditadura e foram, por ela, torturados. Nesse sentido, os relatórios, estaduais e nacional, da Comissão da Verdade e Memória acerca dos crimes da Ditadura abrem um importante debate sobre o direito das pessoas e grupos torturados no regime militar de verbalizarem os traumas sofridos.

A transmissão dessa narrativa para se construir aquilo que se coloca como verdade sobre determinado fato, se apresenta como algo delicado e que necessita, em grande parte, da materialização desses fatos, como por exemplo arquivos, documentos, museus, algo que possa assegurar essa “memória”. Ainda mais no Brasil, país no qual um deputado federal subiu no púlpito da câmara dos deputados e homenageou o torturador de uma figura pública brasileira, a presidente Dilma Rousseff, sem que nenhuma medida punitiva tenha sido empregada<sup>2</sup>.

Sabemos que as relações de poder se fazem presentes em quase todos os âmbitos da sociedade, por isso, faz-se necessário compreender quais eventos as relações de poder determinam quem devem ser lembrados ou esquecidos e, mais ainda, como se lembra determinados eventos. Há vários atores que fazem parte dessa relação, dentre eles, o Estado, envolvendo todos os órgãos que o constitui, e também historiadores, que a certo modo fazem esse trabalho sobre o que se legitima como importante de ser lembrado ou não.

---

<sup>2</sup> A esse respeito ver: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-menciona-chefe-do-doi-codi-ao-votar-pelo-impeachment-2-19112343>.

A política de memória é entendida como uma política reparadora, pode-se perguntar reparar o que ou a quem? Essa reparação pode se dá de várias formas ela pode ser histórica, simbólica ou jurídica, como cita Caroline Silveira Bauer (2011, p.24) que acredita ser possível aproximar a reparação, através de políticas públicas de memória elaboradas pelo Estado, com as da ideia de justiça de transição, porque ambas têm como objetivo, em maior ou menor medida, a garantia de direitos. É claro que essa política de memória deve ser analisada e colocada de forma correta a sociedade para que cumpra o seu papel reparador com qualidade.

### 3 O TEMPO PRESENTE DA HISTÓRIA

De acordo com Carlos Fico (2009), uma das peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, colocando a possibilidade do conhecimento histórico que pode ser confrontado com os testemunhos dos que viveram os fenômenos. O testemunho nem sempre foi considerado legítimo para os estudos históricos, no entanto, a partir da “virada histórica”, ou ainda mais precisamente do “*boom memorialístico*” da década de 1980, o uso dos testemunhos cresceu exponencialmente como possibilidade de análise na escrita da História, principalmente, o pós-Guerra contribuiu para que vários institutos fossem criados para conservar documentos e depoimentos, a exemplo do Instituto de História do Tempo Presente, na França.

A comissão nacional da verdade criada no Brasil dá abertura para vários debates, é sabido que os eventos ditos como traumáticos são colocados como intermináveis, pelas inúmeras vezes que podem ser revividos pelas memórias individuais e pela forma como se prendem na memória coletiva e/ou social. Quando criada a comissão da verdade foi com o intuito de que pudesse ser apurado os crimes cometidos pelo Estado, no Brasil principalmente sobre os crimes ocorridos durante o regime militar.

Para Torelly (2010) o século XX é constituído por diversos fenômenos marcantes em todo o mundo, na América Latina podemos exemplificar pelas ditaduras e pela derrubada das mesmas, que cria um sentimento de fazer justiça aqueles que sofreram algum tipo de trauma durante esse período, com a Lei da Anistia criada em 1979 esse sentimento de justiça vem a ser derrubado por um sentimento de frustração, com ela muitos dos responsáveis pela ditadura não foram punidos.

Pode-se dizer que a justiça de transição é relacionada aos métodos jurídicos destinados àqueles que tiveram seus direitos violados durante regimes ditatoriais; no período de governo do presidente Fernando Henrique (1995-1998, 1999-2002) foi criada uma lei que reconhecia como mortas aquelas pessoas que foram dadas como desaparecidas durante o regime militar.

A morte de mais de cem “desaparecidos” foi imediatamente reconhecida e uma comissão foi criada para examinar outras denúncias. A partir de 2001 uma Comissão de Anistia passou a analisar pedidos de indenização de pessoas atingidas pelo regime militar e grande polêmica se criou em função do valor elevado de algumas reparações. (FICO, 2012, p.53).

O cerne da análise de como as sociedades pós-ditatoriais enfrentam seu passado, no que concerne ao Brasil pós-1964, incessantemente coevo, o debate em torno do aspecto de uma “justiça de transição” traz em voga as diversas demandas

sociais. Tais pautas se vinculam com concepções de (re)construção das importâncias de um Estado de Direito nas sociedades que suportaram calorosas violações de direitos humanos (descrição inapagável dos regimes ditatoriais) e em volta do seu procedimento de transição, ajustado pela “delicada articulação” entre o espírito de justiça e paz.

No decorrer da história houve vários decretos que em algumas situações regulamentava a lei do acesso pleno aos documentos públicos, em outras vetavam essa lei permitindo que apenas pessoas “selecionadas” tivessem acesso a esse material. Todavia, no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o decreto estabelecia que documentos reservados tinham prazo de cinco anos e passaram para dez, os confidenciais subiram de dez para vinte anos, os secretos de vinte para trinta anos e os ultra secretos poderiam tornar-se sigilosos para sempre, posteriormente no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010) esse decreto foi revogado.<sup>3</sup>

No dia 28 de dezembro de 2005 um decreto foi estabelecido pelo presidente Lula, determinando o recolhimento de três fundos documentais: do Sistema Nacional De Informações (SNI), do Conselho De Segurança Nacional, e da Comissão Geral De Informações para que se juntassem ao Arquivo Nacional, junto a outros arquivos tão importantes quanto estes citados, como assim coloca Ficco (2012), o Brasil é detentor de um dos maiores acervos públicos de documentos sigilosos produzidos por uma ditadura militar, e essa ação de recolhimento muito se deve ao governo do então presidente Lula, junto é claro a participação clara de Dilma Rousseff.

Esse longo trajeto mostra a luta para se chegar, em 2011, a aprovação da Lei de Acesso as Informações Públicas, sabendo que a leitura desses arquivos poderia contribuir de grande forma para a produção historiográfica acerca desse período. De acordo com a lei de 2011, lei N° 12527 ela coloca em vigência que informações referentes a atividade do estado e órgãos públicos podem ser de acesso a população, com essa lei que se pode assim dizer se compreende como uma política de memória.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) foi criada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, com a finalidade de buscar o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica.

A instalação da CEVPM-PB ocorreu no dia 11 de março de 2013, em solenidade presidida pelo governador Ricardo Coutinho, no Palácio da Redenção, com a nomeação dos seus membros: Paulo Giovani Antonino Nunes, como Presidente, Fábio Fernando Barbosa de Freitas, Iranice Gonçalves Muniz, Irene

---

<sup>3</sup> A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei teve a representatividade um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o fortalecimento das políticas de transparência pública.

Marinheiro Jerônimo de Oliveira, João Manoel de Carvalho, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Waldir Porfírio da Silva. A composição da Comissão foi oficializada pelo Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013, com mandato de dois anos, que foi prorrogado por mais dois anos, conforme o Ato Governamental nº 1.085, de 27 de fevereiro de 2015. Por problemas de saúde, o jornalista João Manoel de Carvalho afastou-se da CEVPM-PB, mas não foi substituído. Com o falecimento do professor Fábio Freitas, foi indicado em seu lugar o professor Herbert Andrade Oliveira.

Foram necessárias décadas de luta incansável dos familiares de mortos e desaparecidos, exigindo o esclarecimento dos crimes ocorridos durante os governos repressivos da ditadura militar, para que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) fosse finalmente criada, em 2011. No ano seguinte, a CNV iniciou os seus trabalhos, igualmente impulsionados pela pressão de setores da sociedade civil organizada<sup>4</sup>.

Apesar de tardia, pois instituída praticamente 50 anos depois do golpe militar, ela foi um marco importante para passar a limpo esse período nefasto e violento da história do país. Também foi importante porque, além de construir uma narrativa de memória e verdade sobre as violências e práticas repressivas do Estado durante a ditadura, a CNV formulou 29 recomendações para que o Estado possa promover justiça com relação aos crimes ocorridos no período, reparar simbólica, financeira e psicologicamente às vítimas e reformar suas instituições aperfeiçoando a democracia e visando a não repetição das violações de direitos humanos que ocorreram no período. A efetivação desses eixos da Justiça de Transição, bem como o acatamento das recomendações da CNV, são fundamentais para que o Estado e a sociedade possam se reconciliar com seu passado autoritário, impedindo que a impunidade, as violações de direitos humanos e as práticas violentas e repressivas persistam no presente.

As comissões da verdade criaram as ferramentas necessárias, pesquisaram por meio de fontes documentais e testemunhais, e atuaram junto à sociedade para apresentar a questão do conflito entre ditaduras militares e forças repressivas e de resistência e autoritária. Como promover o esclarecimento da finalidade da morte e desaparecimentos forçados, esconder corpos.

As ditaduras militares e as diversas formas de violação dos direitos humanos que atingem as mais diversas classes da sociedade têm inspirado literatura e estudos testemunhais que podem revelar novos elementos essenciais para a compreensão daquele período.

Diante destes fatos, ao tratar-se deste momento histórico brasileiro que além de marcantes memórias deixou também suas cicatrizes, focar nos relatos e fatos para perceber as sombras da ditadura e as opressões que vinham se desenhando muito antes de 1964.

[...] possibilitar o intercâmbio de experiências, informações e documentos sobre os temas que estavam sendo pesquisados, em todo o Brasil, em torno das graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Algumas investigações poderão ser feitas conjuntamente, uma vez que diversos agentes da repressão militar atuavam em vários Estados, bem como presos políticos eram transferidos, mortos ou desaparecidos em cidades, ou mesmo regiões, distantes daquelas aonde foram arbitrariamente

---

<sup>4</sup> A criação Nacional da Verdade (CNV), conforme o artigo 2º da Lei nº 12.528/2011, que se somou todos os esforços anteriores dos atos, fatos, esclarecimentos e acontecimentos das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas nos anos de 1946 e 1988, a a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira (CNV, 2011).

detidos (NUNES, 2017, p.92).

Muito tem se discutido e impetrado sobre os efeitos das políticas de verdade e justiça. Ou seja, as comprovações giram entre a reintegração e reestabilização das vítimas na sociedade, pelo reconhecimento e comprovação de seu sofrimento, lhes assegurando uma justiça social. Em contrapartida, as fundamentações utilizadas para efetivação desses direitos concernentes à memória histórica se enquadram no debate em prol de despersuadir, de maneira a averiguar, manifestando-se, punindo, “ajustando as contas com o passado” como forma de apoio para o obstáculo da reprodução dessas violências, considerando o exame meticuloso desse passado como uma “arma contra o esquecimento”, diante da qual se pode justificar a “amnésia social, a negação, os encobrimentos e diversas formas de ‘reversionismos’, mediante as quais se justifica ou nega as atrocidades passadas” (BRITO *et al*, 2004, p. 52). O ato dos comandos internacionais de proteção aos direitos humanos se colide com a proteção do discurso conciliatório e pacífico engendrado sob a concessão da anistia brasileira.

As informações nos arquivos visam fomentar a cooperação mútua para investigar e esclarecer graves violações dos direitos humanos no Brasil no período da Ditadura. Em um esforço de estreitar relações para fortalecer a memória das vítimas e seus familiares, em busca da verdade e justiça, através dos depoimentos de cidadãos perseguidos, torturados e exilados.

Aqueles perseguidos pelo regime ditatorial que pediram anistia política e reparação financeira por danos sofridos inteiramente por atos de exceção politicamente motivados. Os corações dos familiares se enchiam de esperança quando surgiu a anistia, ter essa expectativa de que seus pais, irmãos, tios, amigos e conhecidos de alguma forma voltariam. Alimentar muito esse sonho de rever a pessoa, também transformar em uma decepção muito grande, de quem voltou e de quem estava voltando, ou de quem nunca mais voltou.

Em diferentes momentos, os brasileiros reagiram às agressões a que foram submetidos, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou no surgimento de vítimas. Do outro lado, as famílias tentavam buscar alguma informação, de seus parentes. A Igreja Católica desempenhou um papel importante nesses movimentos.

A tortura, em sua dimensão prática, vincula-se normalmente a noção de método de imposição de sofrimento a outrem, com a finalidade de extrair uma confissão como busca da “verdade”. Por outro lado, também pode aparecer como forma de castigo ou punição. Seja como for, a tortura está intimamente associada à prática de tormentos e violências que afetam o corpo e a alma do sujeito torturável, demonstrando sua incompatibilidade com a dignidade humana. (NUNES, 2017, p. 275)

Ao alterar a cronologia das prisões, foram identificadas informações corretas sobre os eventos, mas também foram encontradas algumas discrepâncias quanto à combatividade e erros factuais. A ditadura militar violou os direitos humanos, não apenas em prisões, mas com torturas e perseguições e até mesmo na morte de cidadãos. Diga-se de passagem, que a tortura foi uma repressão que manchou o Brasil, nesse período, onde tudo era condenado muitas pessoas foram presas e torturadas por dias e meses durante o período da ditadura no país.

Através de vários depoimentos orais das próprias vítimas e suas famílias, eles também testemunham as formas naturais como os direitos humanos dos opositores do regime são violados. Alguns dos repressores acusados de tortura testemunharam essa prática. Apesar da intensa repressão, relatos de atrocidades do regime eram

comuns na época. Em centenas de casos recebidos, as vítimas puderam apresentar queixas sobre tortura e maus-tratos frente à comissão que apura e investiga esses relatos durante a ditadura. Exemplo disso é o testemunho de Maria do Socorro Fragoso de Moraes, conhecida como Jô Moraes, Deputada Federal por Minas Gerais: a mesma deu seu depoimento em audiência no João Santa Cruz da OAB-PB, em João Pessoa, no dia 28 de junho de 2013.

Maria do Socorro precisou mudar de nome diversas vezes para sobreviver à Ditadura Militar. Já foi Ana, Socorro Fragoso, Luiza e Josydeméia. Jô Moraes é a síntese desses nomes que teve de usar durante 10 anos em que foi vítima da repressão militar.

Relata sua militância no movimento estudantil em João Pessoa na década de 1960, sobre as prisões e perseguições que ocorreram naquela época pela ditadura militar, com a vida tumultuada por viver de forma clandestina, o sofrimento de ter sido separada de sua família e sem notícia alguma e que também teve a perda de seu noivo João Roberto Borges de Souza.

Em 1972, mudou-se para Belo Horizonte, onde se filiou ao então clandestino Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com a anistia, Jô Moraes passou a atuar no movimento de mulheres. Foi coordenadora da Comissão Pró-Federação de Mulheres de Minas Gerais (1982); presidente fundadora do Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte (1983); coordenadora executiva do Conselho Estadual da Mulher – organismo governamental (1984), e primeira presidente da União Brasileira de Mulheres (1989). Antes de ingressar na Câmara dos Deputados, elegeu-se vereadora por duas vezes em Belo Horizonte em 1996 e em 2000. Permaneceu no cargo até 2002, quando foi eleita deputada estadual.

Jô Moraes é autora de dois livros sobre discriminação de gênero: “Pelos Direitos e Pela Emancipação da Mulher” e “Esta Imponderável Mulher”. É membro fundador do Conselho editorial da Revista Presença da Mulher e autora de diversos artigos para publicações especializadas no assunto. É também de sua autoria o livro destinado ao público adolescente: “Uma história para Érica”, que traz fragmentos da luta durante o período da Ditadura Militar.

Diante dos inúmeros acontecimentos que abarcaram este grande momento na história brasileira, voltemos nossos olhares para as articulações de direita instauradas durante o regime, assim como o ponto de vista da esquerda que buscaram o não envolvimento, mas, que no trajeto acabaram por se envolver, sofrendo com os estilhaços do regime, portanto, são os filhos dos atuantes direitos dessa resistência.

#### **4.1 As Articulações Pró Golpe**

Um regime abusivo já se praticava de forma descarada no cotidiano dos paraibanos, ações essas praticadas pelos latifundiários, ao buscar reproduzir um sistema similar ao de feudo em suas terras para com os camponeses, impondo por meio do medo e da força bruta, agressões por assim se tratar, impondo seus interesses pessoais e políticos pelo uso de suas terras, o que levou à resistência destes oprimidos e pouco recompensados, convidando-os a buscar seus direitos fazendo frente aos latifundiários, que diante da oportunidade do golpe, uniram forças para reprimir a esquerda e o que ela vinha a representar pelos seus opositores, como podemos observar nestes trechos em que Pedro Gondim<sup>5</sup> se inclina então aos

---

<sup>5</sup> Político (deputado federal) brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no artigo 4 do Ato institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968.

conservadores após inúmeros rompimentos com sua base esquerdista ao minar seu governo com ações contrárias à sua ideologia, como mobilizações reformistas, causando então a ruptura com a esquerda, levando-o a agir contra as mobilizações destes ditos como conspiradores do regime.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA – Liga dos Proprietários. Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas. A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD) e jornalistas. Segundo o deputado Joacil de Brito Pereira (1997, p.109-110)

Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto de Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo Paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Aguinaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho. A essa altura, não estavam sozinhos os proprietários rurais. Homens de todas as classes passaram a ajudá-los, a apoiá-los. Jornalistas como Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, Antônio de Arruda Brayner, José Leal e Otinaldo Lourenço formavam decididamente conosco. O General reformado do Exército, Renato Ribeiro de Moraes; o dentista Fernando Furtado; o médico João Gonçalves Toscano de Medeiros; o Sargento reformado do Exército, Reinaldo de Melo Celani; o Sargento Lira e vários outros, como outro Tenente reformado do Exército, Fontele. Finalmente, uma plêiade de paraibanos de todos os segmentos sociais. Em Campina Grande, formamos poderoso núcleo. O Juiz aposentado Manoel Casado Nobre, o empresário Juarez Barreto, o advogado Rui Barbosa, o Dr. Ermírio Leite, os irmãos Paulo e Enivaldo Ribeiro, Luismar Resende e tantos outros cidadãos livres ficaram ao nosso lado. Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual. Em Areia, Severino Teixeira de Brito Lira, o Coronel José Maria da Cunha Lima e o seu sobrinho Roberto Cunha Lima, João Barreto e seu filho Haroldo Barreto, o Professor Manoel Gouveia, o proprietário José Rufino de Almeida e muita gente mais.

Desta maneira, a direita colocava-se aliada aos interesses dos donos de terras, políticos e militares, assim, criava-se este sistema de repressão e perseguição voltado aos interesses tanto de militares, como políticos conservadores e neste referido cenário, latifundiários, o que levou a uma série de perseguições e torturas dos líderes dos movimentos esquerdistas, deixando como herança não só a vontade e anseio por lutar por um país com condições melhores para suas famílias, mas também nitidamente uma luta pela sobrevivência diante do cenário que os filhos muitas vezes órfãos foram deixados.

A busca da verdade do que ocorreu nesses tempos sombrios, vem acompanhada de inúmeros relatos hoje dos descendentes que por infelizes anos passados ainda presenciaram as atrocidades praticadas no período do regime na Paraíba.

Relatos de presos durante o golpe, percebendo que os sistemas de inteligência, excediam sua função, e passavam a atuar na apreensão e transporte para outras

jurisdições na qual estavam destinadas, com a finalidade de atender aos interesses do regime.

Os sistemas de inteligência excediam as suas funções no que se trata de conter-se às descrições de seus atos funcionais, como também agiam em outras regiões amparados pelo regime, como percebe-se no relato de Maura Pires Ramos em seu depoimento à CEVPM-PB que apresentou a sua experiência no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI):

Depois que voltei desta viagem, eu soube que tinha ido para o DOI-CODI do então IV Exército do Recife. Chegamos lá à noite e eu me lembro que tinha muita gente chegando também, mas era encapuzada, eu só ouvia as coisas. Eu ouvi quando alguém disse “Não tem mais lugar para essa!”. E disse “pronto, agora é a hora! Vão dar fim a mim, porque não tem mais lugar na prisão”. Então, eu fiquei numa cela, onde vi só uma pessoa, o nome dela era Maria, as pessoas me conheciam, porque eu era Maura do “Pequeno Príncipe”. E eu não conhecia as pessoas porque vinham clandestinas de outros estados, mas trabalhavam comigo.

É vastamente sabido que a história das mulheres se apresenta como um processo bastante representativo. E ao falar sobre as experiências vividas por estas, mesmo que já tenham ultrapassado barreiras, a sociedade continua a legitimá-las. Historicamente, as mulheres são marcadas pela humilhação social, pela invisibilidade política, sofrendo exclusão de raça, de gênero, isso é muito gritante na nossa sociedade. No entanto, apesar de serem pouco privilegiadas e valorizadas, elas lutaram pelos seus direitos e melhoria de igualdade, atravessando vários obstáculos.

Relatos ocorridos às famílias dos camponeses resistentes ao regime, tendo como referência os atos de resistência principalmente dos pais, passando a serem forçados a presenciar as fugas destes, torturas e levar uma vida clandestina diante ao regime.

#### **4.2 As oitivas: depoimentos de mulheres à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**

Maria José Teixeira, brasileira, nasceu na Paraíba, em 17 de junho de 1956, filha de João Pedro Teixeira<sup>6</sup> e Elizabeth Altina Teixeira<sup>7</sup>, em seu depoimento destaca que em 1964, com o golpe militar, sua mãe fugiu para não morrer porque os policiais, quando ela saiu da prisão foram procurá-la para matá-la.

Assim relata Maria José Teixeira:

[...] chegando lá em casa, só tinha criança, reviraram toda a casa procurando-a e não encontraram, e como só tinha criança colocaram a gente numa fila pra matar, mas teve um dos comparsas que queria matar minha mãe disse: ‘como só tem criança, vamos deixar eles vivos’. Nós ficamos sós na casa, por muito tempo, depois de um certo dia foi um tio meu lá, mas nós não

<sup>6</sup> João Pedro Teixeira foi o fundador da Liga Camponesa de Sapé. Ele esteve à frente do cargo de vice-presidente da Federação das Ligas Camponesas na Paraíba, porém, havia se tornado um dos líderes de maior visibilidade do movimento Camponês representando 14 ligas da Paraíba (RANGEL, 2000).

<sup>7</sup> Nascida no dia 13 de fevereiro de 1925 na cidade de Sapé-PB. Trabalhadora rural e ativista brasileira. Se dispôs a enfrentar a família de pequenos proprietários ao se casar com João Pedro Teixeira, trabalhador sem terra e negro. Ao lado dele se encorajou a militar perante às ligas camponesas na Paraíba. (RANGEL, 2000).



conhecíamos a família da minha mãe [...] esse tio chegou, se identificou e disse que a noite iria lá para decidir com a família o que ia fazer com as crianças que estavam sozinhas lá na casa abandonada. Então à noite ele foi num caminhão já decidindo a levar todos nós para a casa do meu avô. Viemos todos, chegando à calçada da casa do meu avô não entramos, na calçada mesmo foi feita uma fila e fomos divididos entre a família, cada um dos tios ficou com uma das crianças. Meu avô ficou com os dois mais novos e a mais velha, e o restante foi distribuído nas casas de familiares<sup>8</sup>.

Acerca da tia que a criou assegura que, “ela dizia que minha mãe estava morta, tanto minha tia como meu avô diziam “sua mãe morreu; sua mãe tá morta”. Diziam que ela não prestava. Sempre com essa mesma narrativa, “sua mãe e seu pai não prestam... sua mãe está morta”. Descreveu também no seu depoimento o reencontro com a mãe, Elizabeth Teixeira, com a seguinte informação:

[...] foi em 82, eu já estava casada. O tempo todo estava na dúvida se ela estava viva ou morta... inclusive na escola quando era o Dia das Mães, a professora pedia pra recitar poesia e a minha poesia era pra mãe morta... todo ano. [...] aí em 82 eu já tinha meus filhos, foi quando Eduardo Coutinho foi na minha casa e disse que mamãe estava viva. Ele disse “sua mãe está viva, está no Rio Grande do Norte”. Foi quando eu tive certeza, porque até lá eu estava na dúvida [...] um mês e meio depois, quando estava colocando minha filha pra dormir que eu senti assim – sua mãe está chegando! Aí eu coloquei minha menina no berço e fui até o portão quando eu cheguei lá ela estava na porta. Chegou junto com a esposa de Abraão. Ela se identificou. E a reação foi assim né, emoção. Porque assim, eu nunca tive a certeza se ela estava viva ou morta, ficava sempre na dúvida.<sup>9</sup>

Para Courtine (2006) as práticas de memória formam nossas experiências e consolidam nossas memórias pessoais e coletivas. Alcançar essas atividades de reconquista coopera para que possamos levar à compreensão de nós mesmos e os díspares contextos históricos do qual estamos inseridos. Nesse ínterim, arquitetar a concretude da linguagem como textura da recordação é ponderá-la inconstante, instável, reorganizável e que pode, assim, abrir-se e remontar-se a cada evento, que perfura e desconjunta essa organização, obrigando-o a nos enredar em novos ambientes.

De acordo com Germana Correia Lima, uma das principais lideranças femininas do movimento estudantil de 1968, prestou seu testemunho em 18 de fevereiro de 2015, relatando sobre a sua militância até chegar à universidade, a participação árdua contra a ditadura, as prisões, os inquéritos policiais que respondeu, o relacionamento amoroso que teve com Rômulo de Araújo Lima, e o os motivos que levaram a deixar o Partido Comunista Brasileiro (PCBR), as punições que recebeu na proibição de matrícula na Universidade Federal Da Paraíba (UFPB), a perda do emprego como Professora da Academia do Comércio e sua saída do Brasil para o exterior, onde reside até hoje. Percebe-se que sua identidade foi perseguida e sobre identidade Hall afirma que:

Significa o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quase se pode “falar”. As identidades são,

<sup>8</sup> Depoimento de Maria José Teixeira à CEVPM-PB, em 17/12/2014. Arquivo da CEVPM-PB.

<sup>9</sup> idem

pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995, p. 111-112).

De certa forma Hall dialoga e afirma que antes de ser deterministicamente manejado e subjugado pela cultura, acredita que o sujeito é sempre capaz de colocar transações com os aspectos culturais e as alocações que o interpelam, a partir das quais ergue suas identidades. Logo, na ideiação de Stuart Hall, a identidade é um procedimento em permanente avanço e mudança e, por esse motivo, o sujeito não está condicionado a uma única identidade no percurso da vida, fixa e estável; antes, ele percorre constantemente por meios de várias identidades, as quais são mutáveis, processuais e repetidamente temporárias.

Assim, além do caso de Germana Correia Lima, tem também o caso de Isis Dias de Oliveira (1941–1972), que foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e teve desaparecida junto a um conluído, Paulo César Botelho Massa (1945 – 1972), em janeiro de 1972 no Rio de Janeiro<sup>10</sup>. Desde então, Ísis aparentou-se aborrecida com as discrepâncias das desigualdades sociais e com a função que creditavam a ela por ser mulher. Conforme depoimento feito pelo seu irmão, José Carlos Dias de Oliveira, em audiência pública efetivada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 05 de março de 2013:

Desde o início meu pai tinha uma preocupação maior com ela [Ísis] do que com a gente, filhos, por ela ser mulher. E queria dar a ela um estudo, o melhor possível. [...] E lá foi a Isis estudar, com um bruto sacrifício financeiro do meu pai, estudar no Colégio Santa Marcelina. É um colégio católico de irmãs. Então, paralelamente a isso, a Isis começou a estudar piano, se desenvolveu, tinha o dom para a música, chegou a se formar professora, e aí veio um pouco a preocupação do meu pai. Houve uma ocasião, e a gente tem que lembrar a situação da mulher nesse período. Estava saindo à pílula, a liberação, libertação, sei lá o nome que se pode dar, a essa fase conturbada. Estava explodindo muita coisa e principalmente com relação às mulheres. [...] minha irmã queria liberdade. Queria sair e voltar a hora que quisesse para casa, e meu pai não queria.

Destarte, em 1965, Ísis entra efetivamente no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e vai residir no conjunto residencial da faculdade, o CRUSP. Ali ela inicia sua militância política e mais à frente, milita na Ação Libertadora Nacional (ALN) e, em 1968, já na ilegitimidade, viaja a Cuba onde concretiza treinamento de guerrilha. Regressa dois anos depois, indo morar no Rio de Janeiro, no dia 30 de janeiro de 1972, é sequestrada e se depara desaparecida até hoje.

Em audiência pública realizada na Auditoria da OAB-PB, em 19 de dezembro de 2013 com o depoimento de Maria de Lourdes Meira, contou que foi presa em João Pessoa por agentes do regime militar por ser militante da Ação Popular. Depois de três meses aguardando julgamento no Presídio Feminino Bom Pastor, foi condenada a seis meses de prisão. Anos depois, viveu na clandestinidade no Maranhão.

Outro relato nesta mesma audiência foi o de Ana Rita Castro de Almeida disse que foi presa em plena gravidez de sua filha Emília. Depois do nascimento da filha conseguiu ir para prisão domiciliar. Sofreu forte pressão psicológica para que passasse informações sobre o paradeiro de outros militantes. Entrou na clandestinidade para acompanhar o marido Simão Almeida.

<sup>10</sup> Informação consta no Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985), p. 314.

Maura Pires Ramos. Nascida em 17 de outubro de 1936, em Gurjão/PB, então distrito do Município de São João do Cariri/PB, ex-militante do movimento estudantil, lutou ao lado de vários companheiros, pela redemocratização do país. Formada em Letras e Pedagogia. Dedicase, até os dias atuais, à direção da Escola Pequeno Príncipe, a qual também foi fundadora.

Personagem da história política nacional recente foi vítima de uma série de violações de direitos humanos, notadamente sequestro, tortura e maus tratos. Em 1968, Maura se engaja politicamente na organização Ação Popular – AP. Durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado clandestinamente na zona rural da cidade de Ibúna/SP, no mesmo ano, é presa juntamente com muitos outros estudantes, ao som de rajadas de metralhadoras. Em seguida e após as revistas, os militares conduziram-nos a pé, por quilômetros e sob muito frio, até onde estavam os transportes que os levariam ao Presídio Tiradentes. De lá, foram encaminhados para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), onde prestaram depoimentos. Muitos estudantes (inclusive ela) foram liberados para retornarem aos Estados de origem. Somente as lideranças mais evidentes permaneceram detidas. Quando retornou à cidade de Campina Grande, onde morava, a aluna teve cassados seus direitos 58 estudantis, retornando aos bancos da universidade, apenas dois anos mais tarde (1971).

Mesmo após liberada, Maura continuou sendo perseguida, recebendo telefonemas ameaçadores, a todas as horas do dia e da noite, inclusive no sentido de que iriam explodir sua escola. Todo esse sofrimento estendeu-se para os familiares, principalmente durante os dias de desaparecimento. A família de Maura, tais quais outras tantas, estava isolada na sua angústia, já imensurável pela falta de notícias do ente querido.

Jandira dos Santos França Foi seqüestrada e torturada nos Estados do Maranhão e Pernambuco, em 1974, e foi demitida do Governo da Paraíba. “Colocaram-na em uma sala e mandaram que tirasse a roupa, ficando, apenas de calcinha e sutiã, durante todo o interrogatório”

Josélia Maria Ramos Wellen Foi seqüestrada em 29/04/1974, do município de Campina Grande, permanecendo no 4º Exército (DOI-CODI), em Recife. Sofreu torturas físicas e psicológicas. Na época era estudante de Geografia da URNE, hoje UEPB.

Anatilde Targino Alves deu seu depoimento em 8 de agosto de 2017, no pós término oficial do mandato da CEVPM-PB, a mesma nasceu em 1965, quando sua mãe de maneira clandestina se chamava Marta Maria da Costa, em São Rafael-RN, passou sua infância e adolescência passando por muitas necessidades, juntamente com a sua mãe e o irmão Carlos, cresceu como filha de mulher simples e trabalhadora de Marta Maria da Costa, pois ficou por pouco tempo no anonimato para preservar a imagem de Elizabeth Teixeira.

Uma triste realidade das muitas que talvez nem chegaram a ganhar voz, demonstra a situação dos órfãos, largados à sorte e distribuídos como oportunidade de sobrevivência, tendo que até em alguns momentos mudar seus nomes e viver na clandestinidade para não serem relacionados aos seus pais ou familiares que outrora opositores do regime.

#### **4.3 Discussão de Gênero na Comissão da Verdade(CNV) – Estadual.**

A filósofa Jeanne Marie Gagnebin em seu artigo “Esquecer o passado”? (GAGNEBIN, 2014), utiliza uma referência sugerida de Safatle e Teles e relata que a

ditadura “não é somente objeto de uma violenta coerção ao esquecimento, mas também é um regime que se perpetua, que dura, contamina o presente” (GAGNEBIN, 2012, p. 255). Segundo as palavras da autora, é possível que a ditadura brasileira ainda permaneça até os dias atuais, ou como demonstrado por Lowenthal “um passado que continua a existir” (2004, p.67).

Dando sequência ao pensamento apresentado por Lowenthal e as demais obras, sobre um passado que ainda é vivenciado no presente, o historiador Enrique Serra Padrós, ao observar sobre as ditaduras do Cone Sul latino-americano e segundo ele “Memória e esquecimento das ditaduras de Segurança Nacional: os desaparecidos políticos” (2004), essa desmemória é fruto do:

[...] esquecimento do pouco que se conhece [...], assim como produto da não-informação sobre as responsabilidades e crimes cometidos na lógica do terror de Estado. Em ambos os casos se conforma, como decorrência, uma espécie de anestesiamento político e de amnésia demarcadoras de impunidade (PADRÓS, 2004, p.1).

No que diz respeito a ditadura, o autor relata que é melhor “virar a página”, ao refletir sobre o tema historiográfico das ditaduras no Cone Sul, Padrós diz que os problemas de pesquisa nessa esfera, em questão de sistematizar, ordenar e esclarecer as informações a respeito do evento histórico tratado. Nesse sentido, o “historiador do presente” teria um papel de suma importância para contribuir “no posicionamento da sociedade diante de fatos que começam a se tornar mais compreensíveis, como no caso das primeiras exigências de Verdade e Justiça em relação aos regimes autoritários do Cone Sul” (PADRÓS, 2004, p. 32). Esse tipo de iniciativa partindo da História estaria comprometida, portanto, com a tarefa de não deixar esquecer.

Maria Amélia de Almeida Teles, já citada, em seu artigo “A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero” (2014) justificou a necessidade da pauta a partir do entendimento de que o gênero, como “estrutura social [...] constrói relações desiguais e legitima a desigualdade na participação política, social, econômica e cultural entre mulheres e homens” (TELES, 2014, p. 507). A discussão vai ao entendimento sobre as desigualdades relacionadas ao gênero, ao qual Teles fala sobre a resistência para incorporação dessa pauta no interior dos trabalhos da comissão. A autora cita que

[...] quando pensei, juntamente com outras ex-presas políticas, em tratar do tema “verdade e gênero”, encontrei resistência por parte de integrantes da Comissão da Verdade, profissionais e ativistas que lidavam com as questões relativas à verdade. Alegavam que tanto homens como mulheres foram igualmente torturados, assassinados e desaparecidos (TELES, 2014, p. 507).

A autora Maria Amélia de Almeida Teles descreve a resistência na expectativa comum apresentada sobre a questão de gênero no interior de comissões da verdade como um caráter divisionista às pesquisas. É importante ponderar como fala Edson Teles e Vladimir Safatle, sobre a continuidade da violência legada pela ditadura militar, como a própria banalização desta lógica. Quando se fala das análises das violências de gênero, deixa visível que o patriarcado ainda impera nas interpretações populares acerca das violências no Brasil, influenciado como se olha para o passado que ainda é recente. Os crimes e violências de gênero da ditadura, usados como marco teórico e jurídico para sua superação, certamente haveria contribuição para a superação da banalização como violência de importância secundária.

É possível dizer diante destes relatos que, entre as pessoas ligadas às questões sobre memória, verdade e justiça, o gênero ainda continua causando desconfiança e resistência, de maneira similar ocorra amplamente na sociedade. Essa situação impacta definitivamente na forma como as pessoas receberam a notícia sobre esse tipo de investigação no interior da CNV. Pois é possível dizer que: se já vivíamos a dicotomia entre o lembrar *versus* o esquecer os crimes da ditadura, a situação intensifica-se ainda mais quando se refere ao impacto dessa violência na vida de mulheres e de homens não normatizados na heterossexualidade.

As primeiras palavras foram de testemunhas dos casos a serem tratados desde militares ou agentes civis que ajudaram no sofrimento de violações diretas ou familiares que testemunharam através de alguns relatos, foi escolhido o trecho de Izabel Fávero, que narrou sua história para a CNV no ano de 2013:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim. E eu lembro que no dia em que nós fomos presos, exatamente no dia 4, nós tínhamos estado em Cascavel, e quando a gente saiu da ginecologista, tinha um veículo militar, mas a gente em momento nenhum pensou que eles estivessem vigiando a gente, eles já estavam no encalço da gente, eles seguiram, esse dia eles nos seguiram o dia todo. E o meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda (Depoimento de Izabel Fávero à CEVM, 2014, p. 400).

Izabel já relata o que muitas mulheres sofreram naquela época como: aborto/gravidez, lugar da “mulher militante”, violência sexual e relação com companheiros da esquerda.

Verifica-se, portanto, que desigualdades históricas entre homens e mulheres foram refeitas e marcadas pela ditadura, que não aceitava que mulheres conduzissem com ações não pertinentes com os estereótipos femininos de servilismo, dependência e ausência de iniciativa. Nesta condição, o Estado autoritário e antidemocrático guiou uma violência explícita a elas, operando várias consequências e decorrências entre mulheres e homens.

Dentro destas características, a escritora de grande relevância dentro da literatura moçambicana nos brinda com uma escritura de cunho pessoal em caráter de relato que nos dá uma visão muito específica de como é a pauta do ser mulher e a metodologia de escrita dentro de seu grupo. Estamos nos referindo a escritora já sacramentada *Paulina Chiziane* que além de excelentes escritos literários, traz

relevantes questionamentos e afirmativas relacionadas a como a mulher é tratada perante à sociedade, especialmente a mulher que toma a decisão de percorrer pelo caminho da literatura.

Nós mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade. Dentro de mim, qualquer coisa me faz pensar que a nossa sorte seria diferente se deus fosse mulher. (CHIZIANE, 2016, p.11)

Como podemos mencionar de modo explícito e evidenciado no discurso de Chiziane, a pauta do sexo feminino que é algo categórico dentro da sociedade a qual a mesma está contextualizada, em sua fala fica caracterizado que o feminino é inferiorizado e que é a sociedade que demarca e diminui o papel que a mulher irá desempenhar, não pelo seu preparo, atribuição ou capacidade nata, mas meramente pela qualidade biológica a qual foi verificada. A exploração, o abuso e opressão vividos pelas mulheres acabam contornando-as e deixando-as cada vez mais presas aos seus entraves impostos pelo falocentrismo, enquanto o homem é representação marcada e condicionada como ser superior, a mulher é tomada como inferior e inábil de cumprir alguma coisa que tão somente homens precisam ser destinados pois são melhor eruditos, cultos e instruídos, devendo ter sua voz colocada a aquisição de todos.

Na sequência, o primeiro subcapítulo, “A violência sexual e de gênero como instrumento de poder e dominação”, debruça-se em explicar como a categoria gênero pode ser um elemento essencial para entender certas práticas de violência. Mais especificamente, a seção dedica-se a pautar como a “violência sexual” compõe uma tortura verificável no caso brasileiro: Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade de o agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo (BRASIL, 2014, p. 402).

Ao longo do tempo, muitas pessoas foram atingidas mostraram resistência em entenderem como foram vítimas de violência sexual por apresentarem uma percepção limitada sobre que tipos de prática poderiam configurar esse crime. Como relata Ana Miranda Batista:

[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual]. Porque eu achava que violência sexual era assim: estupro direto, violência direta [...] tem tanta gente que sofreu né? Companheiras que foram tão violentadas, então eu não sofri. Mas, não é bem assim [...]. Eu fui estuprada com um cassetete no 1º Distrito (Depoimento de Ana Miranda Batista *Apud* BRASIL, 2014, p. 418)

A declaração de Ieda Akselrud de Seixas, na qual aborda, além da própria violência sofrida, a forma como tentou não evidenciar o fato, evitando denúncias e sentindo que o crime do qual tinha sido vítima tinha importância menor, visto que outras vítimas haviam sido submetidas a torturas mais usualmente denunciadas, como o pau-de-arara, por exemplo. A violência sexual como forma de tortura, como é possível perceber evidentemente na denúncia de Ieda, foi por muitas vezes – e por muitas vítimas e testemunhas – secundarizada no panorama total de violações. Ainda que se tratasse de um tema tabu, o texto aponta para a denúncia de violências dessa natureza nos tribunais militares, ainda na época da ditadura. Da mesma forma, a

narrativa de Karen Keilt e um texto escrito por Maria Auxiliadora Lara Barcellos registram as tentativas de suicídio, ou suicídio de fato. Além do sentimento de vigilância após soltura, é possível imaginar através dos relatos, as sequelas visíveis no corpo, como mutilação, perda excessiva de peso, entre outros. É possível perceber ainda muitos relatos que narram o sentimento de continuidade, de não superação da experiência traumática.

Para as crianças que cresceram em outro país, dificuldades adicionais se apresentam sob a forma de obstáculos para concluir a educação formal e a ausência de suporte emocional de um núcleo familiar, rompido no exílio ou mesmo antes deste, nas prisões dos pais, nas fugas e na vida em clandestinidade (BRASIL, 2014, p. 426).

Entretanto, são inúmeros os relatos de mulheres que sofreram abuso e violência sexual durante aquela época, que hoje contam as sequelas que isso causou.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou analisar a importância das comissões da verdade e seus relatos contidos como fonte de grande relevância para os estudos da história bem como a participação da memória nesses novos estudos dos eventos traumáticos. De que forma essas políticas de memória são levadas em consideração pelos órgãos responsáveis.

Por meio dessas análises do sobre tudo aqui já apresentado percebemos a importância desses estudos para a historiografia atual. O papel das comissões e em especial a Comissão da Verdade do Estado da Paraíba, que veio colocar em foco a voz de várias vítimas e seus familiares sobre toda violência sofrida durante o período da ditadura civil militar, que por muitas vezes antes da criação dessas comissões, seus relatos tentaram ser silenciados ou esquecidos em especial o de muitas mulheres vítimas dessa barbárie.

Aqui tento evidenciar a questão de Gênero, que sempre na história tenta se apagar o lugar da mulher, seus relatos e sofrimentos, busquei sempre demonstrar os relatos dessas mulheres, contidos nas oitivas da comissão da Paraíba. Por fim foi uma enorme satisfação trazer um tema que acredito ser de tamanha importância para o estudo historiográfico

## REFERÊNCIAS

BRASIL Comissão Nacional da Verdade. Relatório CNV. Brasília: CNV, 2014.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Editora Vozes, 3º ed. Ano 1998.

CEV, A vida na clandestinidade. Disponível em: <<https://cev.pb.gov.br/audiencias/a-vida-na-clandestinidade-1>> Acesso em: 25 nov. 2022

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher... por uma nova visão do mundo. Revista abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana: vol. 5, nº 10. p. 199-205, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. *Polifonia*, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 1-13, 2006.

DERRIDA, Jacques. Escrita, morte, transmissão. Em: \_\_\_\_\_. *Limiar, aura e rememoração*. São Paulo: Editora 34. p. 57-80, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Esquecer o passado?” Em: \_\_\_\_\_. *Limiar, aura e rememoração*. São Paulo: Editora 34. p.45-60, 2010.

Governo da Paraíba. Relatório da Comissão Estadual da Verdade. Disponível em: <[http://www.anpuhpb.org/docs/relatorio\\_comissao\\_estadual\\_da\\_verdade\\_pb.pdf](http://www.anpuhpb.org/docs/relatorio_comissao_estadual_da_verdade_pb.pdf)> Acesso em 24 nov 22

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais...* Petrópolis, RJ Vozes. p. 103-133, 2010.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino *et al.* Comissão estadual da verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba: Relatório final. João Pessoa: A União, 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. “História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2004.

PCdoB. Jô Moraes: De presa política à deputada federal. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/noticias/jo-moraes-de-presa-politica-a-deputada-federal/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da morte e esperança da vida: uma história das Ligas Camponesas. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia das Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

TELES, Edso; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.



## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de estar viva e concluindo um ciclo na minha vida. Este trabalho é em memória da minha mãe, Maria Cristina, e minha avó, Ana Santiago, que me criaram e foram os pilares para que eu conseguisse estudar, sempre me apoiando, me dando força, sem elas jamais teria chegado aqui, e mesmo agora em outro plano continuam me dando força para seguir em frente, todo amor e saudade por elas. Ao meu esposo, Vagner Lourenço, que me deu todo o apoio ao final deste curso, não permitindo que eu desistisse, a ele minha gratidão e meu amor. As minhas amigas da faculdade: Edneide e Magnólia, que me apoiaram em todo o período do curso, nos momentos mais difíceis estavam ao meu lado, meu muito obrigada! As minhas primas: Anazita, Eduarda e Vitória, também a minha gratidão. Não poderia esquecer também da Professora Alana que deu início a orientação desse trabalho e do Professor Junior que posteriormente me orientou a desenvolver o conteúdo deste trabalho, a eles meu muito obrigada e meu carinho.